

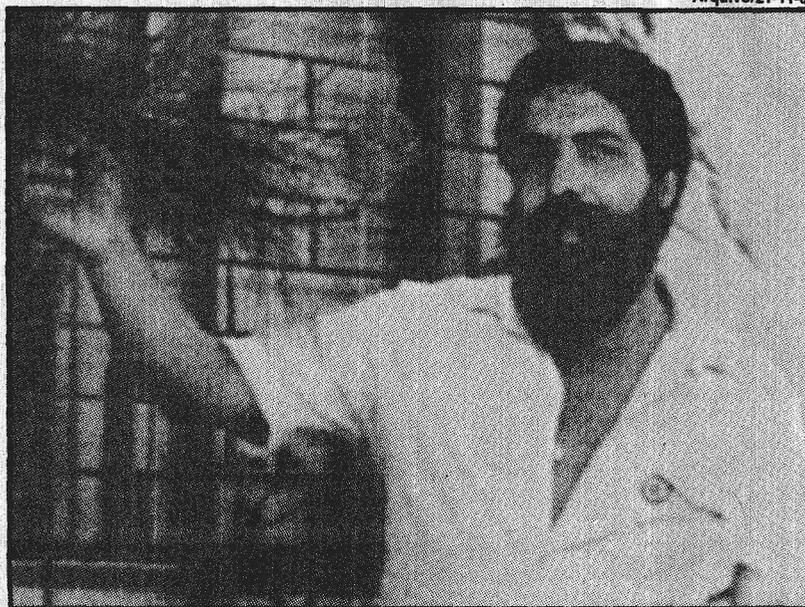
Votação de veto presidencial poderá ser feita em aberto

BRASÍLIA — O Deputado Paulo Paim (PT-RS), Vice-Presidente da Comissão do Trabalho da Câmara, está colhendo assinaturas para emenda constitucional que pretende acabar com o voto secreto nas votações de vetos presidenciais. Segundo Paim, esta prerrogativa levou à manutenção, na quarta-feira, do veto do Presidente Sarney ao projeto de lei da Comissão Especial do Salário Mínimo, que fixara em NCZ\$ 139 o valor desta remuneração em abril.

Quando foi apresentado na Câmara, o projeto teve aprovação unânime, mas após o veto de Sarney, só 223 parlamentares votaram pela derrubada do veto e, conseqüentemente, a manutenção do projeto. Para o representante do Departamento Inter-sindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Ulisses Riedel, "não tem cabimento voto secreto para parlamentares, porque são representantes do povo que quer saber se estão agindo de acordo com sua vontade".

Deputados da Comissão Especial de Salário Mínimo, derrotados anteontem na tentativa de derrubar o veto presidencial ao projeto que elevava o salário mínimo, estão tentando descobrir os parlamentares que impediram que os trabalhadores nesta faixa salarial obtivessem reajuste de mais de cem por cento. Dos 125 que não compareceram à sessão, no mínimo 40 estavam comprometidos com os membros da Comissão a votar pela derrubada do veto. Na mesma sessão, porém, os congressistas derrubaram outro veto de Sarney a projeto que concede 170 por cento de gratificação a funcionários do Supremo Tribunal Federal (STF).

— Os que não compareceram à sessão (25 votos) são tão culpados co-



Arquivo/21-11-86

Paim culpa parlamentares faltosos e os que se valeram do voto secreto

mo os que se aproveitaram do voto secreto para votar contra a medida favorável à classe trabalhadora e a 12 milhões de aposentados — disse Paim, que está levantando a relação dos faltosos, para divulgar seus nomes junto às bases.

Para o Deputado Luís Roberto Pontes (PMDB-RS), candidato à Líder do Governo, não é incoerência os deputados não derrubarem o veto ao projeto do salário mínimo e fazê-lo no veto ao projeto de lei que beneficiou os servidores do STF.

Citando dados da Previdência Social, Pontes disse que o aumento para os funcionários do STF não terá maiores conseqüências, mas o au-

mento do salário mínimo para NCZ\$ 139 levaria a Previdência à insolvência, já que a previsão de arrecadação total deste ano é de NCZ\$ 20,2 bilhões e seriam necessários NCZ\$ 31 bilhões só para pagar aos aposentados.

— Em maio, a Previdência gastará NCZ\$ 1,2 bilhão com os aposentados. Com a alteração que os deputados queriam no valor do salário mínimo, este valor chegaria a NCZ\$ 2,6 bilhão — alegou Pontes, que, segundo Paulo Paim, foi o responsável, juntamente com o Deputado José Lourenço (PFL-BA), pelas articulações que levaram os deputados a manter o veto presidencial.